

Universidade de Coimbra | Faculdade de Letras

Mestrado em Sociedades, Políticas e Religiões

Sociedades, Políticas e Religiões II

(2011-2012)



Os Pedidos de Esmolas dos Irmãos da Ordem Terceira de Coimbra (1721-1828)

Docente: Professora Doutora Maria Antónia Lopes

Discente: Ana Margarida Dias da Silva

Sumário

1. Introdução.....	4
2. Imagens de pobreza no discurso dos esmolados.....	5
3. Retrato das irmãs e dos irmãos esmolados.....	7
3.1. Perfil socioeconómico e ocupação profissional dos esmolados.....	8
3.2. Freguesias de residência dos peticionários.....	9
3.3. Pobreza envergonhada entre os irmãos terceiros conimbricenses.....	13
4. Os motivos invocados nas petições de esmolos.....	13
5. Os pedidos de esmolos.....	18
6. Gastos com esmolos no universo das despesas da Ordem.....	23
7. Conclusão.....	26
8. Anexos.....	28
9. Fontes manuscritas.....	34
10. Bibliografia.....	34

1. Introdução

Os Pedidos de Esmolas existentes no arquivo da Ordem Terceira de Coimbra constituem um núcleo documental “com imensas potencialidades para o aprofundamento da história dos pobres” (LOPES, 2010: 185).

Para o período em estudo, de 1721 a 1827, contabilizaram-se 400 processos com um conteúdo informacional riquíssimo que permite traçar e definir uma imagem da pobreza no que aos irmãos da Ordem Terceira de Coimbra diz respeito. Os relatos dos processos, escritos na primeira pessoa, retratam as situações de miséria e indigência que levam os irmãos terceiros conimbricenses a esmolar. As petições são dirigidas ao ministro e restantes membros da Mesa da Ordem Terceira de Coimbra. Neles explicam-se os motivos do pedido e aquilo que pretendem receber. É confirmada a veracidade das declarações pelo prior da freguesia e, no caso de irmãos doentes, pelo atestado do médico.

Não existindo uma História da Pobreza em Portugal, são já alguns os estudos que se têm dedicado aos pobres, aos indigentes, às formas de assistência e aos mecanismos de controlo social.

Não sendo fácil encontrar um conceito de pobreza suficientemente abrangente para caracterizar todas as situações que podem cair dentro dele, aceita-se a premissa de que “ser-se pobre é ser-se vulnerável, o que é determinado por factores de natureza diversa” (LOPES, 2010: 19). Esta vulnerabilidade passa, sobretudo, por situações de privação e incapacidade de prover as mais básicas necessidades de “alimentação, vestuário e alojamento.” (LOPES, 2010: 21). Veremos até que ponto são estas as causas que levam os irmãos da Ordem Terceira de Coimbra a esmolar.

Nesse sentido, propõe-se, em primeiro lugar, uma busca de imagem de pobreza através da autorrepresentação que os irmãos fazem nos seus pedidos. Através da recolha daquilo que os requerentes dizem e alegam para justificar o pedido de esmola pretende-se analisar a forma como estes se veem e como definem a sua situação, naquilo que se pretende ser uma aproximação à definição de pobreza no período em estudo.

Seguidamente passa-se à análise do perfil dos esmolados na sua distribuição por géneros, estatuto socioeconómico e ocupação profissional, não descurando igualmente aspetos como o agregado familiar e a faixa etária dos peticionários. Paralelamente

procura-se reconhecer quais as freguesias de habitação dos irmãos terceiros de onde surgem mais pedidos de forma a perceber que zonas da cidade eram mais pobres.

Depois de traçado o perfil dos irmãos, serão analisados os motivos invocados nos pedidos de esmolas, que razões levam os terceiros franciscanos conimbricenses a solicitar apoio à Ordem e que tipo de apoio (financeiro ou outro) surge com maior representatividade. Questiona-se, também, se todos os pedidos eram atendidos ou não, e, em caso negativo, porquê.

Finalmente é importante perceber qual a percentagem que o dinheiro gasto com esmolas representa no universo total das despesas desta instituição.

2. Imagens de pobreza no discurso dos esmolados

Partindo do que nos dizem os requerentes nos 400 processos analisados iremos procurar retratar a *pobreza* nos conceitos de então. Esta fonte, ao ser escrita na primeira pessoa (independentemente de ter sido o próprio requerente a escrevê-la ou de ter ditado para que outro a escrevesse por ele), permite dar voz a um grupo que na maioria das vezes a não tem: os pobres. Aquilo que os esmolados nos dizem e que deixam escrito é revelador dos sentimentos que a situação em que se encontram lhes proporciona. Um irmão cego, com a mulher também doente, da freguesia de Santa Justa, em 1770, diz que ambos estão “*vivendo muito pobres e padecendo grandes e graves necessidades tanto do sustento como das vestuárias pois para se irem remediando até estes tempos passados venderam até a mesma roupa da cama*”; um irmão doente e pobre, morador na rua Nova, freguesia de Santa Justa diz que “*gastou o que tinha para recuperar a vista, até o capote com que a mulher se cobria teve que vender*”. Um irmão de 88 anos justifica que “*hé muito pobre que vive senão do seu officio mas há muitos anos que não trabalha pela doença que tem*”; no processo de uma casal ambos alegam que a idade avançada (mais de 70 anos) os impede de trabalhar “*daí terem caído em pobreza*”(1769); duas irmãs moradoras na rua das Figueirinhas, freguesia de Santa Cruz, “*ficaram exauridas de bens e estão doentes pelo que não podem trabalhar*” (1770). Ponto comum nas situações atrás descritas é a incapacidade de trabalhar, é o sentimento de impotência perante a situação em que se encontram pois a doença e a velhice já não lhes permite recuperar uma situação passada. Na verdade, “todas estas famílias que dependiam do trabalho manual podiam viver em situação de pobreza iminente ou na mais completa indigência, incapazes de prover às necessidades

mínimas.” (LOPES, 2010: 22). Este argumento confirma-se, mais uma vez, pelo que as fontes relatam. Em 1788, José de Jesus, o moço, casado, morador na rua da Esperança, freguesia do Salvador corrobora esta ideia ao declarar "*por ser nimiamente pobres que tam somente vive da agência do seu offiço de alfaatte*". Também uma irmã terceira, viúva de sapateiro, "*encontra-se em miserável estado por não poder trabalhar*". Ou seja, é a impossibilidade de trabalhar que impele homens e mulheres para situações de indigência. "Pierre Gutton concluiu que nos tempos modernos era pobre todo aquele que vivia apenas do seu trabalho porque a qualquer momento podia cair na mais absoluta miséria" (LOPES, 2010: 20).

Nalguns casos conseguimos depreender que o recurso às esmolas e à caridade, talvez na tentativa de esconder a sua real situação aos olhos dos outros, só são procuradas em situações limite quando "*não tem mais o que vender ou empenhar*". As pessoas chegam a situações limite, tentam por todos os meios evitar os pedidos de ajuda até isso ser impossível de concretizar. Um homem, casado, "*com muita família em casa*" (três filhos menores) diz ser indigente e "*não ter mais que o seu braço para ganhar alguma coisa*", empenhou-se e vendeu tudo para que a família se pudesse alimentar. Um casal da freguesia de S. Bartolomeu afirma que está "*vivendo em extrema necessidade sem terem couza alguma de seu, tanto para seu sustento como para o vestido desente*". A alimentação e o vestuário, bens essenciais, deixam de estar assegurados.

Outros porém confessam que pedem esmolas a particulares como é o caso de Jacinta Teresa em 1797. Afirma esta mulher que "*he pessoa recolhida e bem creada e se acha atualmente com varias molestias padecendo necessidades sem ter com que se curar e seu marido o não pode adquirir por doente e avençado em idade mais de 74 annos e para se sustentar anda pellas cazas particulares pedindo esmolla*".

Paralelamente, fica-se a saber que para além das esmolas dadas pela Ordem Terceira de Coimbra e a procura de auxílio junto de particulares, os irmãos terceiros franciscanos buscam ajuda junto dos conventos (Jacinta Teresa, em 1797, diz que tem de "*mendigar algumas esmolas as quais se achão raras sem o perigo de offenças de Deos mas tambem para as evitar o hir ao caldo as portarias dos conventos com grande pejo seo por não ter isto por criasão e a sua desventura o ter chegado a semelhante estado*") e recebem também esmolas da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, como é o caso,

por exemplo, de Maria da Conceição, que tem o marido cego e doente, e também recebe esmola e está a ser alimentada pela Santa Casa da Misericórdia (1768).

São estas algumas das imagens que se encontram nos relatos dos irmãos pobres esmolados e que tendem a influir piedade e sentimento de compaixão e caridade junto dos decisores da Ordem Terceira de Coimbra.

3. Retrato das irmãs e dos irmãos esmolados

Os processos de pedidos de esmolas existentes no arquivo da Ordem Terceira permitem, conjuntamente com outra documentação, traçar o perfil dos peticionários. Os Processos de inquirição e pedidos de admissão na Ordem são úteis para completar lacunas existentes e para determinar as condições sociais e profissionais dos indivíduos mencionados nas petições de esmolas, assim como a sua idade e estado conjugal.

O limite temporal por nós estipulado não está uniformemente representado no que diz respeito ao número de processos mas isso não invalida as conclusões que possamos tirar (TABELA 3.1).

Dos 400 processos analisados, 57% dos pedidos foram feitos por mulheres e 42% por homens, sendo que três pedidos foram feitos em conjunto pelo casal (representando 1%)¹.

A maioria dos processos relativos aos homens (72%) não tem indicação do seu estado conjugal: apenas 21% indicam que são casados, 3% são viúvos e 4% solteiros. Já as mulheres, a maioria refere que são viúvas (40%), 21% são solteiras e 10% são casadas, sendo que em 29% dos processos não aparece qualquer indicação da situação conjugal. Estes dados vêm reforçar a ideia de que o grupo das viúvas e das solteiras é mais vulnerável e aquele que carece de maior apoio da sociedade. “O estado matrimonial surge como um poderoso factor de pauperização” afirma Maria Antónia Lopes (LOPES, 2010: 187) e é isso que se verifica nas petições feitas pelas mulheres. Uma irmã, solteira, filha de sapateiro, pede à Ordem que *"a mande favorecer com uma esmola para se ir alimentando pelo amor de Deus"*. Uma *"mulher bem nacida e tratada com estimação ficou tam pobre por morte de seu marido"*, ourives. Outra mulher, solteira, moradora na Couraça dos Apóstolos, *"sem ter donde lhe venha para o quotidiano*

¹ Na Santa Casa da Misericórdia as mulheres representavam mais de 80% dos pobres assistidos (LOPES, 2003: p.94).

alimento", pede uma esmola. Outro caso, em 1784, de uma viúva de arquiteto (o marido fizera os riscos da capela da Ordem Terceira de Coimbra) e que "*por falecimento de seu marido se venderão todos os seus bens por hum inniqua execução ficando a supplicante reduzida a suma pobreza*". Por aqui se vê que a viuvez e a solidão impelia as mulheres para situações muito delicadas pois "A mulher sozinha, sem amparo de marido, de filhos ou de outros familiares, e velha estava muito perto da pobreza e necessitava de ajuda para sobreviver" (ARAÚJO, s.d.: 116). A falta de sustento que vinha do trabalho do marido faz-se sentir de forma premente.

Esta documentação também nos dá a percepção da composição familiar à época. Nas petições feitas por vezes é indicado o número de filhos e a sua idade de certa forma a potenciar e provocar, muito provavelmente, um maior sentido de caridade junto daqueles que analisavam os processos e distribuíam as esmolas. Contrariamente a outras conclusões², as famílias aqui apresentadas são bastante numerosas oscilando entre um casal com um filho e um casal com 9 filhos, sendo que a média é de famílias compostas por 5 elementos. É indicado que "*tem muitos filhos*"; que mora com filha, o genro, o marido e uma criança; que são 6 pessoas em casa; 6 viúvas que têm, em média, 3,2 filhos a seu cargo, a maioria menores; há um casal que diz ter 9 filhos e outro 7, todos menores de 8 anos. No entanto, o número reduzido de processos (27) que indica esta informação não é suficiente para determinar a composição geral do agregado familiar dos irmãos terceiros franciscanos conimbricenses.

3.1. Perfil socioeconómico e ocupação profissional dos esmolados

Lamentavelmente, 71% dos suplicantes não indica a sua atividade: no caso das mulheres este valor ascende aos 90% e nos homens é de 45%. Ainda assim, podemos ter uma ideia aproximada da franja social onde estes se inserem.

Começando pelos homens, conforme indicado na **TABELA 3.1.1**, 90 dos 167 requerentes apontam a sua ocupação profissional. A maioria dos pedidos foi feita por andadores da Ordem Terceira (21), seguidos de sapateiros (9), alfaiates (8) e clérigos *in minoribus* (6).

² Veja-se LOPES, 2010: 187 em que a média apresentada é de 1,6 e de 2,1 pessoas como dimensão média das famílias suplicantes de esmolas.

Como já anteriormente ficou dito, são poucos os processos das mulheres que indicam a sua ocupação profissional: apenas 22 das 230 suplicantes o refere (TABELA 3.1.2). Dessas, 46% têm a designação de “dona” e 42% são recolhidas no Paço do Conde. Apenas 1 diz ser criada e outra que “*vive de suas mãos*”.

Nalguns casos, porém, foi possível colher informação sobre a profissão do cônjuge ou do pai, o que nos auxilia no enquadramento familiar da requerente. Para 53 processos de irmãs onde não está indicada a sua ocupação profissional conseguiu-se apurar a profissão do cônjuge (48) ou do pai (9) e em 4 casos em que nos era indicada a ocupação da mulher foi possível determinar igualmente a profissão do cônjuge ou pai. 9 são casadas com sapateiros, 7 com licenciados, 4 com alfaiates e o mesmo número com andadores da Ordem, 3 são mulheres de ourives. Relativamente ao pai, este era andador ou capitão (3 casos cada), doutor (2) e sapateiro (1) (TABELA 3.1.3).

Fez-se também a identificação das ocupações profissionais (tanto dos homens como dos mulheres, e dos pais e maridos destas) por freguesias, e dentro destas por ruas ou sítios, sempre que possível, (TABELA 3.1.4) o que permite ter uma ideia da distribuição das diferentes categorias profissionais na malha urbana conimbricense.

3.2. Freguesias de residência dos peticionários

Os irmãos visitantes, de “*notória probidade pios e caritativos*” (ESTATUTOS, 1789: n.n.), eleitos entre os membros da Mesa, tinham a seu cargo “*vezitar os Irmãos enfermos pobres, não só quando lhe determinar o Defi/nitorio, mas também todas as vezes que o pedir a neces/sidade dos mesmos Irmaons; informando-se com toda a individuação da sua pobreza e gravidade da moles/tia que padecem*” (ESTATUTOS, 1789: n.n. e ESTATUTOS, 1828: 14).

Nos Estatutos de 1789, no capítulo a si dedicado, está estipulado que haverá um irmão visitante em cada freguesia mas nos Estatutos de 1828 este capítulo teve uma alteração dizendo que eram em número de quatro, “*dois dos quaes serão destinados para o Bairro Alto / e dois para o baixo*” (ESTATUTOS, 1828: 14).

A residência dos irmãos esmolados é maioritariamente na cidade de Coimbra (68% do total dos processos), seguido de Castelo Viegas com 5 processos, e as restantes localidades apenas com um processo cada uma, no entanto, não foi possível apurar a morada de residência em 120 casos (30%) (GRÁFICO 3.2.1).

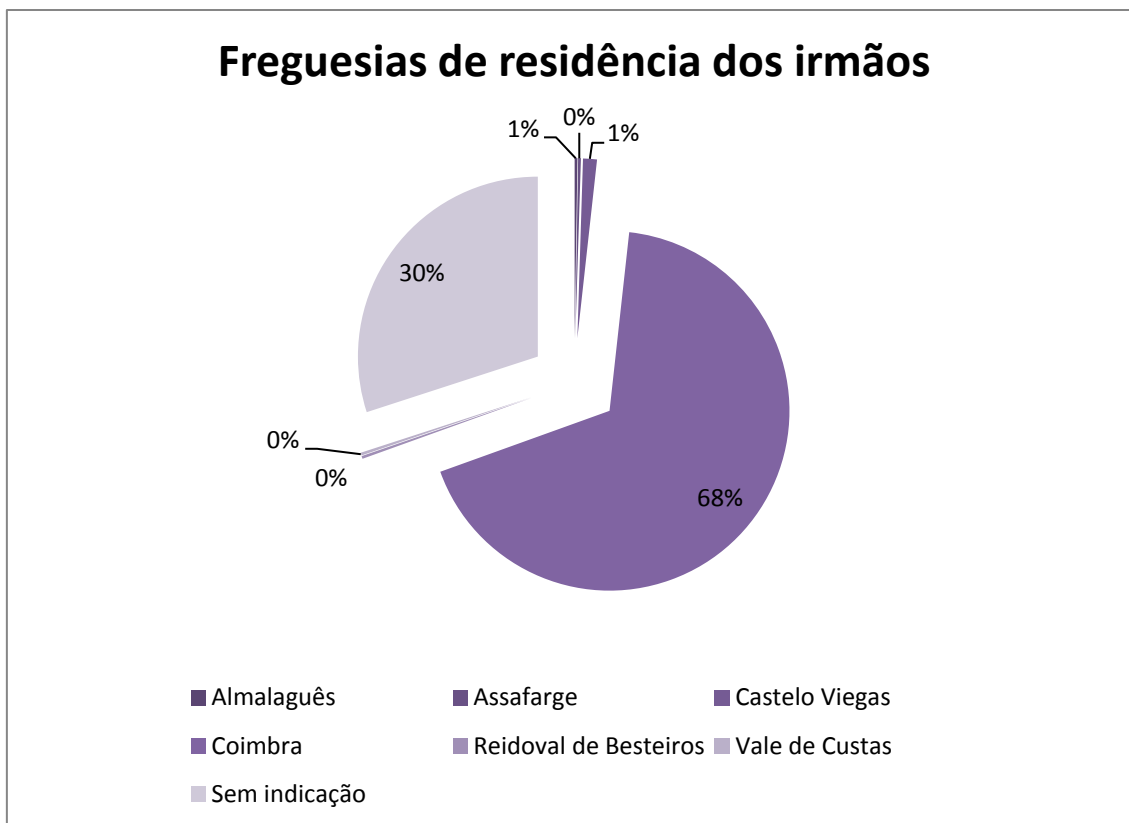


GRÁFICO 3.2.1

Pegando apenas na cidade de Coimbra, verifica-se que a maior parte dos pedidos vem da freguesia de S. Bartolomeu (68), seguida da de S. João de Santa Cruz (54) e de Santiago (47). Um pouco mais abaixo ficam as freguesias de S. João de Almedina (26), Santa Justa (22), Salvador (14), S. Pedro (11) e Sé (10). As menos representadas são as freguesias de Santa Clara (3) e S. Cristóvão (2), sendo que em 2 processos aparece apenas a indicação de Coimbra (**GRÁFICO 3.2.2**)

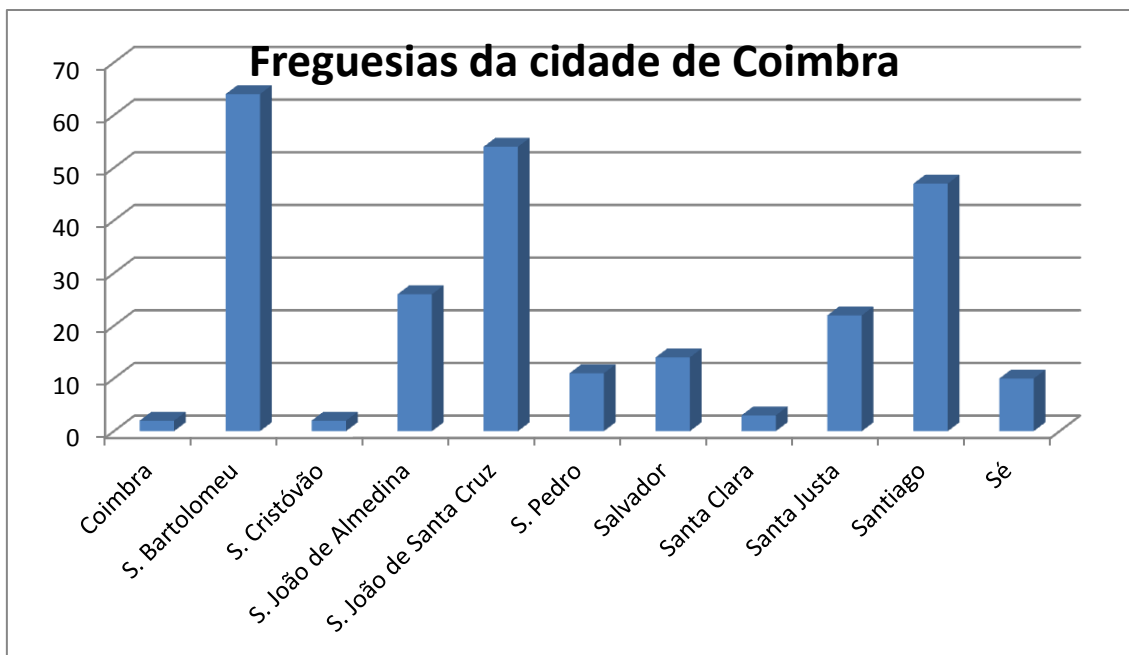


GRÁFICO 3.2.2

De certa forma, estes resultados vão de acordo ao apurado por Maria Antónia Lopes que, para o período de 1750 a 1850, determinou que “Com muito maior incidência na parte baixa da cidade, a freguesia de Santa Cruz e, sempre em crescendo, a de Santa Justa, concentravam uma maior proporção de pobres” e que esta “Distribuíam-se no espaço urbano de forma descontínua”, sendo que “na primeira metade do século XIX, a pobreza coimbrã rondaria os 30% da população” (LOPES, 2003: 94).

Nos casos em que foi possível, colheu-se a indicação da rua ou sítio de habitação dos irmãos esmolados, cujos resultados se apresentam na **TABELA 3.2.1**.

Ao nível dos irmãos homens, pouco mais de metade é de Coimbra; contudo, 43% dos processos analisados não nos indica a sua origem ou local de residência, facto que também não foi possível apurar noutras fontes (**GRÁFICO 3.2.3**).

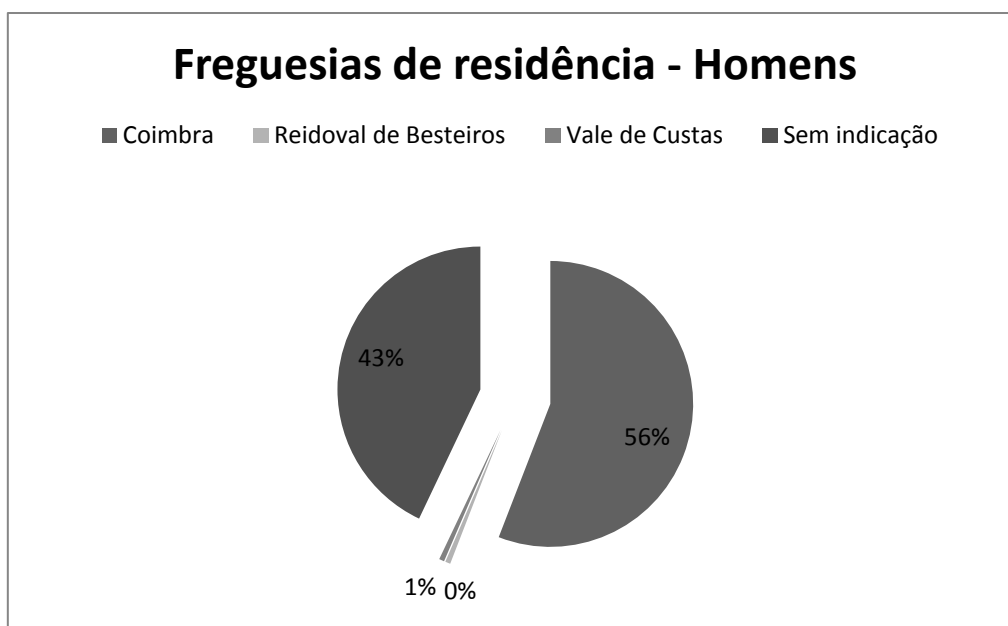


GRÁFICO 3.2.3

No caso das irmãs mulheres a situação é idêntica, ou seja, a maior parte é residente na cidade (76%), embora nos apareçam residentes em Almalaguês, Assafarge, Castelo Viegas, Reidoval de Besteiros e Vale de Custas. Em 47 processos não foi possível apurar a freguesia de residência (GRÁFICO 3.2.4).

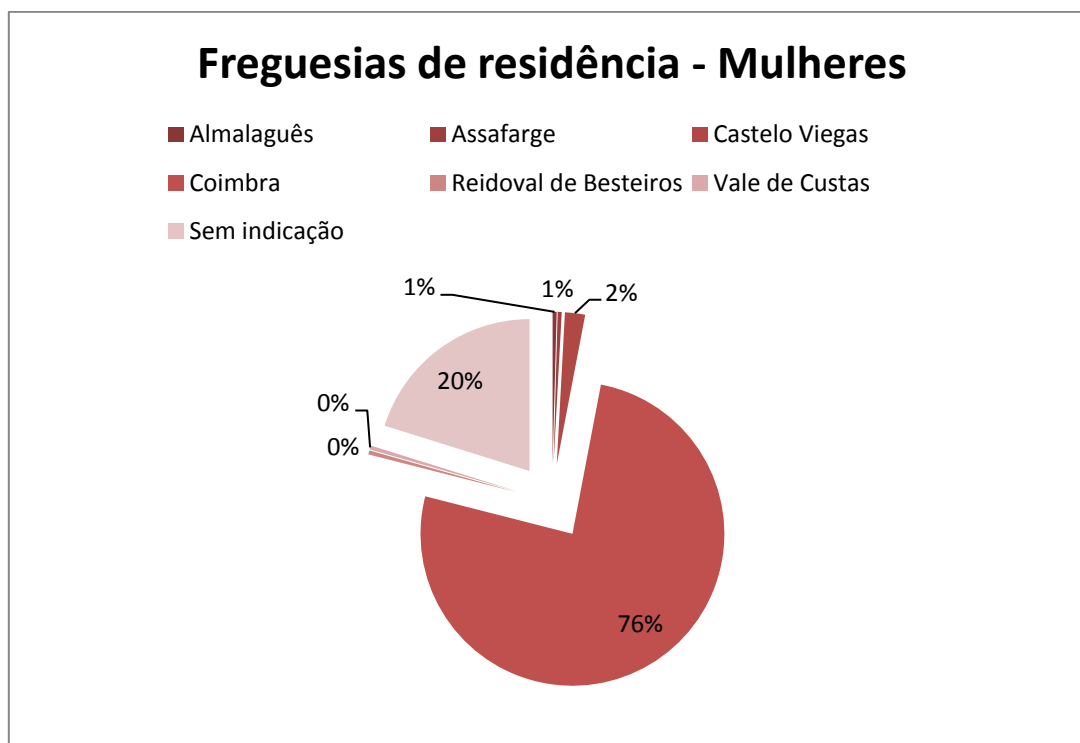


GRÁFICO 3.2.4

3.3. Pobreza envergonhada entre os irmãos terceiros conimbricenses

Por outro lado, estes processos permitem também verificar situações de pobreza envergonhada entre os requerentes. O casal António Martins e Joaquina de Oliveira, pais de 4 filhos, moradores em Vale de Custas, escrevem no processo que *"tendo sido em outro tempo abastados dos bens do mundo; por contratempos da fortuna e trabalhos se vem hoje reduzidos a huma suma pobreza"*. Joana Maria de Jesus, viúva de um licenciado em Medicina, alega que o seu nascimento e criação impedem-na de andar pedindo de porta em porta. Em 1774, Úrsula Francisca de Jesus, viúva de um guarda do Santo Ofício, moradora em Coimbra na freguesia de Santa Justa, *"em outro tempo teve dos bens da fortuna porem hoje se vê em miseravel estado vivendo pobrissimamente "*. Ou então o exemplo do mercador João da Rocha Pereira que *"pela sua infelicidade e sem culpa propria ... decahio de bens e se reduzio a ultima miseria em que vive sofrendo munta necessidade e dependente das esmolinhas que lhe fazem alguma devotos, cheio de queixas, fome e nu"* (1787), ou então do bacharel José Agostinho de Sousa que *"pella fortuna lhe ter sido adeverssa em tal forma o tem acometido que o constituiu em huma tam pobreza e si acha em estado tam miseravel que não tem huma camiza para vestir nem sapatos nem meias para calçar"* (1784). “Os pobres envergonhados solicitavam frequentemente roupa para disfarçar a pobreza” uma vez que a “A roupa exteriorizava também a pobreza, facto que os manchava socialmente e lhes criava dificuldades de permanência no seu estatuto social” (ARAÚJO, s.d.: 121) daí encontrarem-se sempre referências ao seu vestuário nas imagens que estes irmãos esmolados deixam.

4. Os motivos invocados nas petições de esmolas

Veja-se, então, que motivos eram apresentados pelos peticionários junto do Ministro e restante Mesa da Ordem Terceira de Coimbra a quem eram dirigidos os pedidos. Após a redação do pedido, o processo seguia para aprovação (ou não) da ajuda a dar ao irmão requerente e, no topo superior esquerdo, ficava registada a decisão assim como a data da sessão da Mesa em que tal fora decidido. Por vezes também está registada a informação do Ministro para os irmãos visitantes passarem a visitar o irmão requerente e a nota dos mesmos em como foi feita a visita, o dia em que tal aconteceu e o montante que foi entregue de esmola.

Doença/Pobreza (30%), Pobreza (28%) e Doença (27%): são estes os motivos invocados pelos irmãos e irmãs terceiras, correspondendo 95% das razões que levam homens e mulheres a esmolar.

Os motivos que conduzem aos pedidos de auxílio resumem-se, essencialmente, a dois: doença e pobreza. De facto, a doença e a pobreza acabam por surgir associadas. Como se pode ler nos processos, quando homens e mulheres caíam em situações de doença ficavam incapacitados para trabalhar o que os lançava imediatamente em situações de pobreza, indigência e miséria ficando sem nada para comer ou vestir. “Dada a inexistência de mecanismos de segurança social, todos aqueles que nem eram proprietários nem trabalhavam caíam inelutavelmente na pobreza.” (LOPES, 2010: 22). A falta de trabalho “fosse por doença (tão facilitada pelas condições insalubres das habitações, pelas deficiências nutricionais, pelo trabalho esgotante...), por velhice ou por razões de mercado” (LOPES, 2003: 96) resultava a maioria das vezes em situações de pobreza. Os esmolados declaram que são pobres porque não conseguem trabalhar, ou porque só vivem do seu trabalho e *“nada tem de seo”*; eram pobres porque tinham ficado doentes e, portanto, incapazes de trabalhar; ou ainda porque tinham uma *“idade avançada”* que não lhes permitia continuar a exercer o seu ofício. Nos casos em que o motivo invocado é a idade avançada (são 16 aqueles que referem explicitamente a idade dos requerentes) a média ronda os 83 anos, sendo que a idade mínima indicada é mais de 70 anos e a idade mais elevada de 92 anos de idade.

Alguns irmãos invocam as *“moléstias que o impedem de trabalhar”*, o *“não poder trabalhar pelo seu ofício nem ter o que comer nem vender”*, *“gastou o que tinha por causa da doença e agora não tem coisa alguma com que possa alimentar-se”*. São poucos os processos que referem as doenças que afetam os irmãos pobres doentes mas encontram-se expressões como: *“achagues”*, *“aleijado”*, *“entrevado”*, *“cego”*, *“falto de vista”*, *“grave enfermidade”*, *“moléstia”*, *“queixa”*, *“tolhido”*.

Os gastos com o médico, o barbeiro e a botica também entram no rol dos motivos que levam aos pedidos de esmolas. Nalguns casos, os requerentes referem que tiveram que vender tudo (desde mobília de casa até à roupa do corpo) para se poderem curar. De facto, apenas os pobres é que se deslocavam aos hospitais para se curarem, o que significa que todos aqueles que fizeram gastos com cuidados médicos em casa eram

peessoas com algumas posses mas, ao mesmo tempo e paralelamente, esses encargos acabaram por originar situações de dificuldade e pobreza.

Situações de doença e pobreza entre os homens correspondem a 26% dos motivos invocados, seguidos da pobreza com 19% (**GRÁFICO 4.1.1**). Como já ficou dito, a doença incapacitava para trabalhar. Um homem, casado, com mulher e três filhos menores, relata que “*gastou tudo quanto tinha em doenças que teve*” e que “*não se pode alimentar, vendeu o que tinha para comprar uma galinha*” (1768); um segundo revela que ele e filha estão doentes e que “*tem vendido tudo, não tendo já mais como alimentar-se*”(1770).

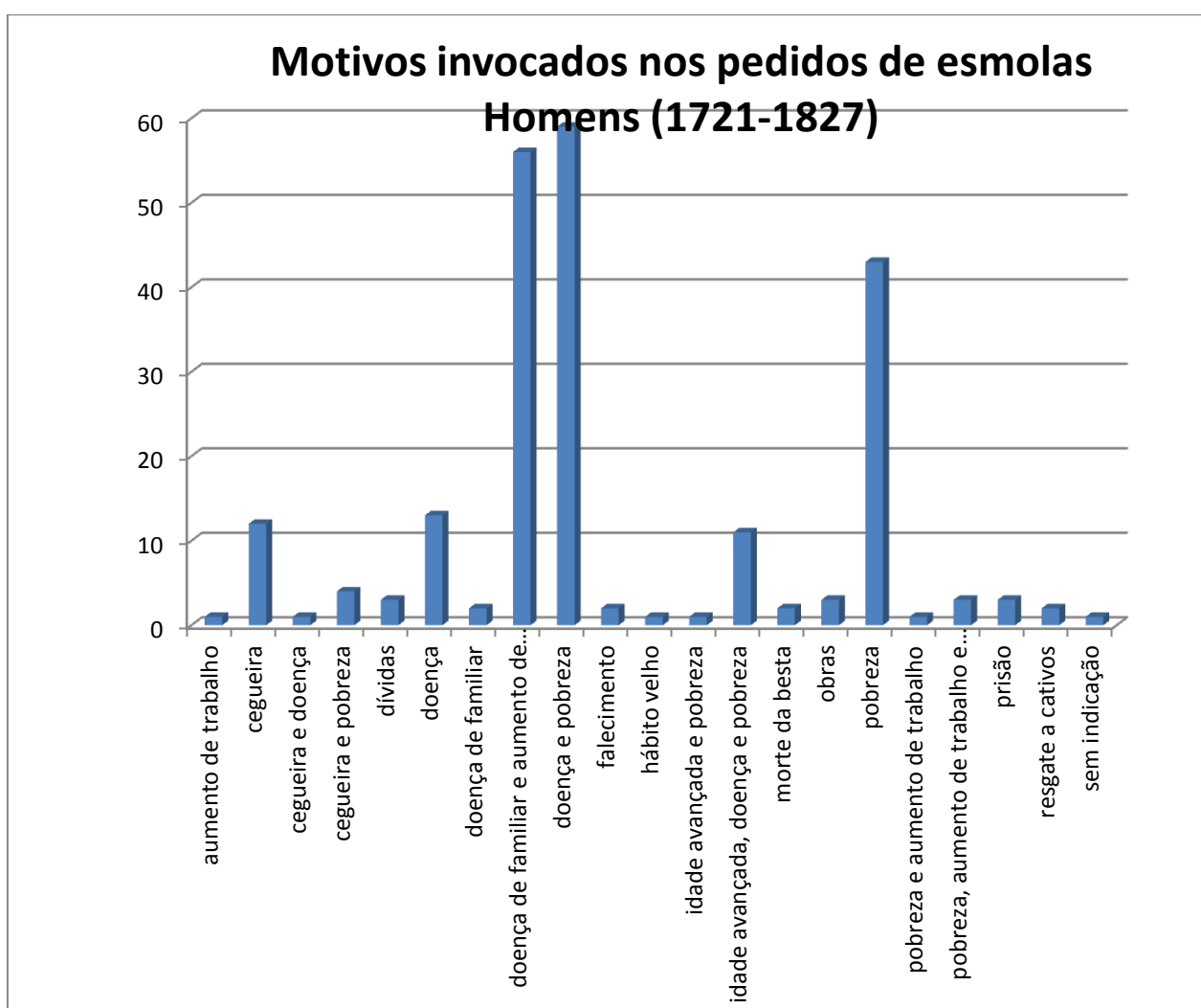


GRÁFICO 4.1

A situação de José de Barberena, contador do rei de Espanha, que em 1773, e dizendo mostrar carta patente de irmão Terceiro (que infelizmente não consta do processo),

apelando aos "*piadosissimos coracoes lucitanos*" uma esmola pela suma pobreza em que se encontra, por estar fora da sua pátria e destituído do seu emprego, é também demonstrativo que a falta de trabalho é causador de pobreza.

Três são os casos de irmãos esmolados que se encontram na prisão: um livreiro que está preso na cadeia do aljube por dívidas "*sem ter com que se alimente*" (1773); um bacharel preso na cadeia da Portagem há 5 anos menos um mês que pede uma esmola explicando que "*para aver de ser solto e se mostrar livre consumiu todos os seus bens não só moveis como tambem os de rais (...) esta vivendo miseravelmente (...) não tem hua camiza para vestir*" (1776); e outro que está preso na cadeia da Portagem há 5 anos e pede uma esmola pois a mulher e filho "*passam necessidades*" (1767).

Aparecem, também, dois casos em que o motivo para os pedidos de esmolas é para o resgate de cativos. A hostilidade existente entre cristãos e muçulmanos levou inúmeras vezes ao cativo de cristãos pelos muçulmanos e vice-versa. "Assim, cativo era aquele que caía em poder do inimigo que professava uma religião diferente"; "Contudo, a condição de cativo poderia ser alterada mediante o pagamento de um resgate, readquirindo-se, assim, a condição de livre" (BRAGA, 2005: 236). Em 1766, um nobre cavaleiro do Alto Sepulcro, Procurador-Geral dos Católicos da Palestina, pede uma esmola particular para pagar o tributo dos católicos que estão prisioneiros em poder dos turcos; recebe 1.200 réis. Em 1786, um padre frei religioso da V. Ordem de S. Paulo dos Estados de Parma pede uma esmola para o resgate de cinco religiosos cativos em Argel; foram-lhe entregues 480 réis.

Também para as mulheres os motivos invocados para esmolar são a doença e pobreza (33%), ultrapassados por situações só de pobreza (35%). Maria da Conceição, de 80 anos, em 1797, relata que caiu no fogo e ficou aleijada de uma mão, não podendo fiar nem coser, pelo que não trabalhar; é esse o motivo que a leva a pedir ajuda à Ordem.

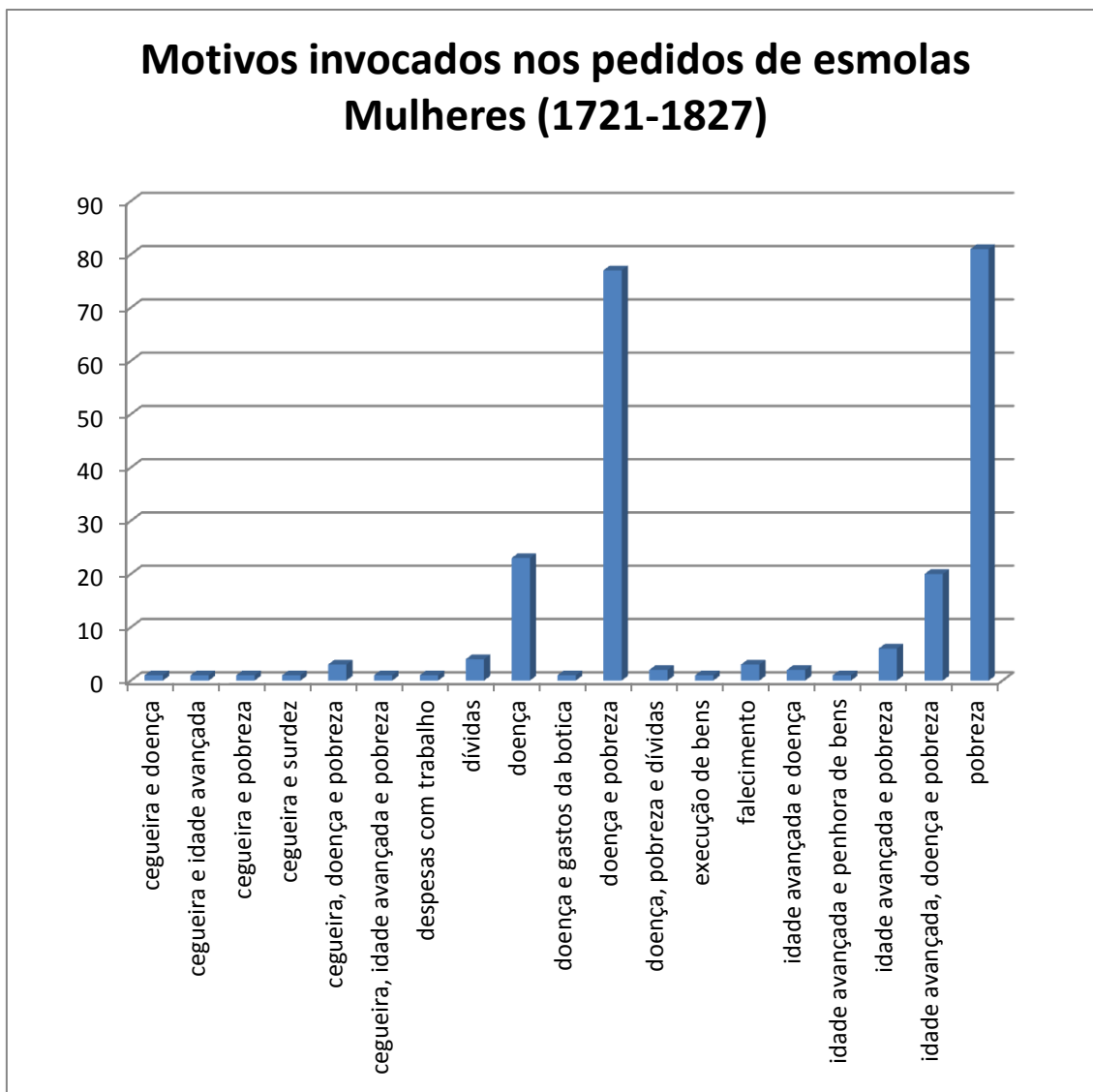


GRÁFICO 4.2

Também a morte é um fator que contribui para situações de miséria e indigência, sobretudo verificadas nas mulheres que ficam viúvas ou nos filhos que ficam órfãos de pai. A falta de um membro trabalhador na família desequilibra a balança dos rendimentos e impele as famílias para situações de dificuldade económica. Há mesmo um caso em que uma viúva de um licenciado, que ficou pobre por morte do marido, diz também que lhe morreu o filho “*por não ter com que o valer*” (1767) e este facto é bastante significativo da condição com que as pessoas, de um momento para o outro, se vêm confrontadas com situações de pobreza, miséria, fome, incapazes de garantir a sua sobrevivência. Também outra mulher, viúva de um livreiro revela que desde que morreu o marido ficou sem com que se sustentar. Em dois processos de 1772, duas viúvas expõem a sua situação: uma diz que “*por falecimento de seu marido decaiu de bens*,

ficando com três filhos e duas filhas donzelas recolhidas e envergonhadas"; a outra alega que "por falecimento de seu marido ficou com três filhos menores de oito anos com tanta pobreza". Outra viúva, desta feita de um sapateiro, diz que "ella por morte do dito seu marido se lhe venderão todos os seus bens e ficou pobrissima com dois filhos de minor idade" (1777).

Temos também o exemplo dos irmãos Pedro Ribeiro e Teresa Maria que ficaram miseravelmente pobres por morte do pai; ou o caso de duas irmãs a quem morreu o seu pai, capitão Bento Dias Veloso, e ficaram sem sustento. Como se pode ver, esta é, de certa forma, uma justificação recorrente: a pobreza e a necessidade advêm da morte do cônjuge ou do pai.

As dívidas são outro motivo invocado para os pedidos de esmolas. Uma irmã revela que tem marido ausente por várias dívidas e que venderam os bens que tinham para o pagamento das mesmas.

5. Os pedidos de esmolas

Aquando da realização dos pedidos, os requerentes realçam que a sua condição é devida a infortúnios, *"pela sua infelicidade e sem culpa própria"*, e não por motivo de ociosidade, mostrando-se merecedores da esmola que pedem.

Nas declarações que escrevem, os párocos ou os médicos, atestam da veracidade e da qualidade moral dos suplicantes de esmolas: *"A supplicante pella sua idade, pobreza e honestidade de vida se faz digna e mercedora que a favoreção"*

Os próprios pedidos apelam ao lado mais caridoso dos decisores. Em 1798, Rosária Maria diz que *"recorre à piedade de VS.^a para que a mande visitar com huma esmolla pello amor de Deus"*, e Mariana Teresa, em 1799, pede que *"mande dar hua esmola em louvor da Sagrada morte e Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo"*.

Ao analisarmos os pedidos que são feitos pelos irmãos terceiros chegamos facilmente à conclusão de que a quase totalidade (316 dos 400 processos) pede esmolas e recebem-nas em dinheiro (GRÁFICO 5.1). Só um pedido entre aqueles analisados no período em causa não foi deferido. Trata-se de Isabel Simões, viúva, irmã há mais de 36 anos que, em 1721, pede para continuar a receber a esmola mensal de 300 réis, no entanto, após averiguação, a Mesa confirma que a senhora tem dinheiro emprestado a juros, daí

indeferir o pedido. Isto vai de acordo ao estipulado nos Estatutos da Ordem de Coimbra. No capítulo 16º, dedicado aos irmãos visitantes, no seu parágrafo 1º, onde estão definidas as suas funções pode ler-se: “*Achando porem que algum Irmão / ou se faz indigno da esmola por algumas circunstancias / ou carece de maior socorro darão logo parte à Meza; / e obrarão sempre conforme a sua resolução.*” (ESTATUTOS, 1789: n.n. e ESTATUTOS, 1828: 14).

A segunda maior preocupação dos peticionários relaciona-se com os enterramentos³, compreendendo 46 pedidos por falta de capacidade financeira para arcar com as despesas de sepultura, acompanhamento e mortalha.

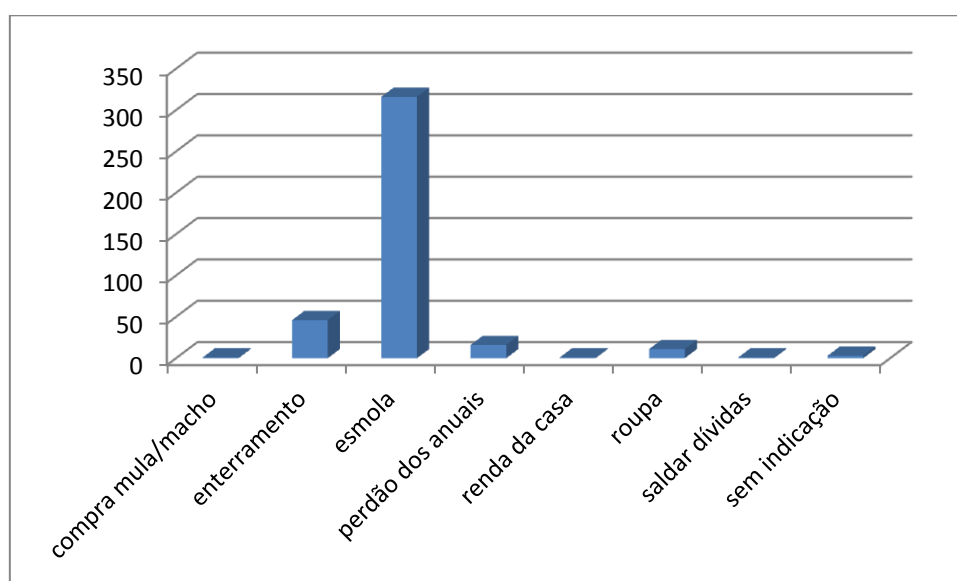


GRÁFICO 5.1

A maioria dos homens (79%) pede uma esmola e 6% pedem o perdão dos anuais em dívida.

³ Aqui juntámos os pedidos de ajuda para sepultamento de familiares, pedidos de acompanhamento, hábito e mortalha, assim como de esquite.

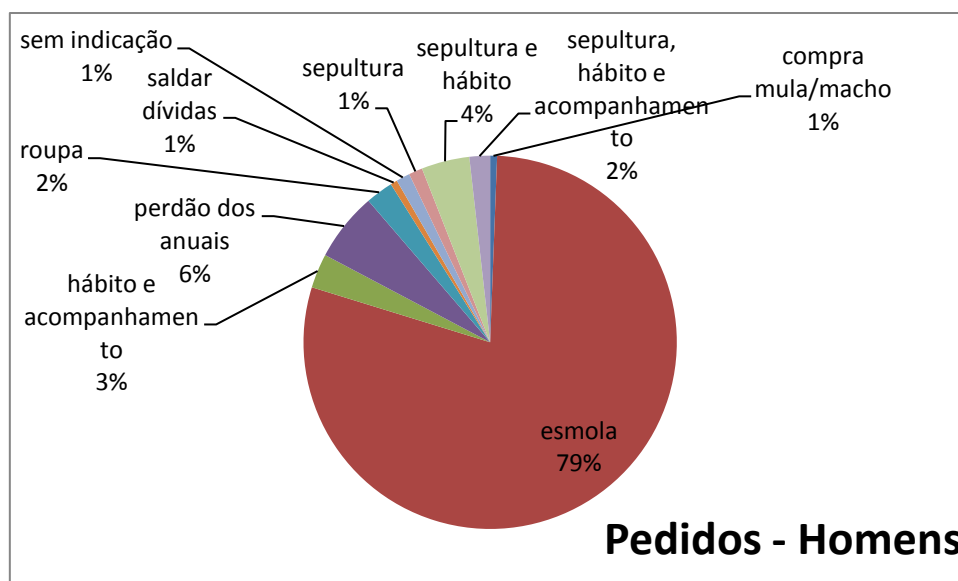


GRÁFICO 5.2

De facto, o pedido de perdão das dívidas dos anuais em falta ou em atraso (10 casos) é, de certa forma, recorrente (acontecendo o mesmo no caso das mulheres, como se verá). As situações de pobreza e dificuldade levam a que os irmãos ao incumprimento com este preceito e negligenciam o pagamento do anual devido à Ordem Terceira de Coimbra. Em 1784, Domingos José, casado, pai de 9 filhos, pede o perdão de 12 anos de anuais vencidos porque não tem forma de os pagar "*sem ter outro meio de socorrer as suas [dos filhos] diárias necessidades senão o de seu miserável trabalho*". Mais uma vez se constata que o trabalho (infelizmente, neste caso não é indicada a ocupação profissional do requerente) e o salário auferido não são suficientes para suprir todas as necessidades.

No caso de pedidos de roupa transcrevo aqui o caso de um cantor, natural de Lisboa mas que vive há muitos anos em Coimbra, "*porem se acha reduzido à maior consternação e pobreza sendo sugeito bem criado e descendente de pais honrrados vendose obrigado a mendicar*". Tem sido ajudado pelo prior de S. João de Almedina "*porem este lhe não pode dar o vestiário preciso mas antes lhe faz muita caridade em lhe dar o alimento preciso e como carese de huma batina para seu ornato a fim de exercer o seu ofício de cantor*" (1780). O seu estado de pobreza impede-o de comprar uma batina, tão necessária para poder trabalhar. Outros há que pedem esmola "*para cobrir a sua nudez*" ou porque "*não tem com que compre huns sapatos para ir à Igreja*".

No caso das mulheres, 81% dos pedidos são de esmolas, 8% dos pedidos são para sepultura e mortalha e 3% dos pedidos são para perdão dos anuais em dívida e para a compra de roupa.

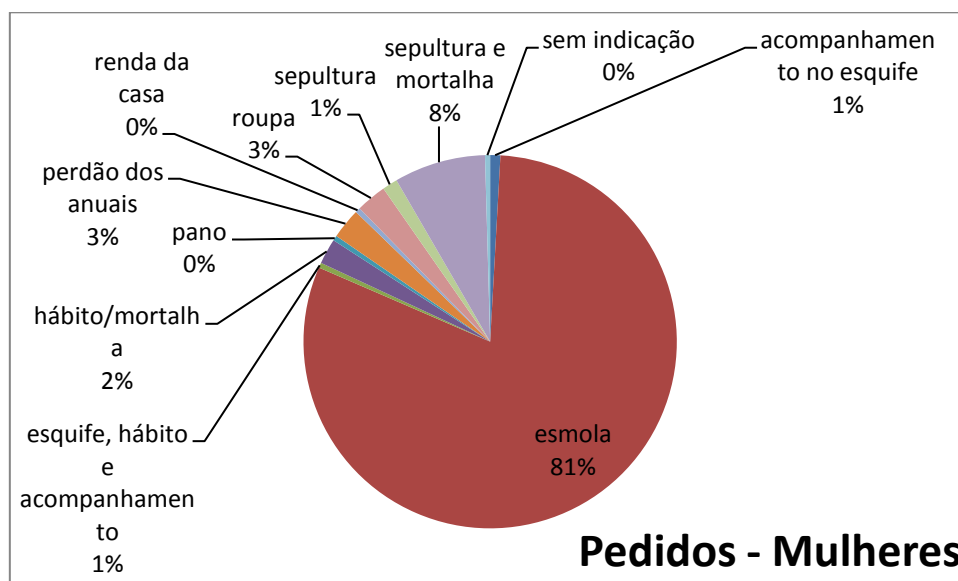


GRÁFICO 5.3

Tal como sucede com os homens, também as mulheres pedem maioritariamente esmolas, como vimos. Uma irmã declara que o marido, oficial de carpinteiro, anda desterrado, tendo ficado sozinha com 4 filhas, e que por isso caiu em pobreza, pelo que pede uma esmola.

Os pedidos de auxílio com o enterramento de familiares (incluindo hábito, acompanhamento e sepultura) perfazem 14 pedidos, de que é exemplo o caso de Maria de Sousa que, em 1770, pede “hábito e enterro” para o marido, coisa que não pode fazer por ser pobre; a Ordem Terceira pagou só o hábito visto que o falecido era irmão da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição. Também Josefa Maria, moradora na freguesia de S. Bartolomeu, viúva de sapateiro, doente e pobre, encontra-se em miserável estado por não poder trabalhar e, por isso, pede hábito e enterro para o marido recém-falecido.

São 11 os casos de mulheres que pedem roupa ou alguma peça de vestuário. Joaquina de Oliveira, em 1777, “se acha persizando de hua saia para viver com deçensia pois hé mulher bem creada”; Maria de Nazaré em 1784 pede uma saia, e Isabel Teresa, no mesmo ano, pede uma saia preta. Francisca Maria da Encarnação, viúva de um ourives, alegando idade avançada e pobreza, pede uma saia justificando que “sempre foi bem

criada e recolhida e senhora de bens da fortuna ... e para sua diaria sustentação não tem meios alguns de que se possa valler e ao mesmo tempo não ter huma sahia para com decencia frequentar os sacramentos". Maria da Conceição, em 1797, pobre a aleijada, já havia pedido pano para fazer dois lençóis mas só enviaram um pelo que volta a fazer o pedido e, em 1798, pede camisas, sendo-lhe dada uma camisa e um lenço. Também recolhemos outro caso em que, embora o pedido seja de uma esmola, a irmã diz que está “*sem dinheiro para pagar as casas em que assistem e menos para se cobrirem*” e ainda outro de uma irmã que está doente e impossibilitada de trabalhar “*quasi sempre de cama sem ter com que se possa alimentar nem sapatos com que se chege à missa e confição*”. Rosa Maria, viúva de alfaiate, em 1787, diz que por morte do marido ficou “*em summa pobreza e he tal que além de não ter o necessario sustento se acha quaze nua de tal sorte que não tem huma mantilha para hir frequentar os Santos Sacramentos e assistir ao Santo Sacrificio da missa*”. É lhe dada uma mantilha no valor de 3.490 réis. Finalmente, a situação de Mariana Inácia, viúva de uma oficial de alfaiate que por morte do marido “*ficou em extrema necessidade com quatro meninas pupilas sem ter com que as socorrer mais que a limitada agencia das suas mãos e caridade dos fiéis de Jesus Christo*”, pedindo hábitos para 2 filhas que estão no Mosteiro de Sandelgas.

Nos processos das mulheres esmoladas apenas uma pede auxílio para pagar a prestação da casa. Ana Maria Teresa, viúva de sapateiro, “*tem a casa alugada por 1.500 réis e não tem dinheiro*”, foi-lhe dada uma esmola nesse montante em 1773. Embora tanto nos homens como nas mulheres não apareçam mais pedidos de auxílio no que diz respeito ao alojamento, pelas fontes analisadas fica-se a saber que muitas são as dificuldades também para pagar a habitação. Em 1767, Rosa de Jesus diz que está “*sem dinheiro para pagar as casas em que assistem e menos para se cobrirem*”; Luísa Josefa, solteira, “*tem vendido alguns moveis que possuir e não os tem de rais*” (1774); também outra irmã solteira, Teresa de Jesus, em 1777, pede uma esmola porque o dinheiro que tem “*apenas lhe chega para o aluguel das cazas e soldada de huma criada*”; o mesmo se passa com Tomás Pereira, cabeleiro, morador na rua do Borrvalho, freguesia de S. Pedro, que pede uma esmola por “*nunca terem tido bens de raiz de seu vivendo sem em cazas de aluguel*” (1779); ou o sangrador José Brandão, pobre e doente, vive com a mulher e os muitos filhos em “*cazas de aluguel*” (1781). São alguns exemplos das condições de alojamento dos irmãos terceiros franciscanos conimbricenses.

6. Gastos com esmolas no universo das despesas da Ordem

Dos 400 pedidos de esmola apenas um foi indeferido como atrás ficou explicitado. Em termos absolutos, as 376 esmolas atribuídas em dinheiro (24 foram em bens, sobretudo vestuário, ou perdão dos anuais em dívida), entre 1721 e 1827, contabilizaram um gasto de 434.155 réis, o que dá, em média, uma esmola de 1.155 réis a cada irmão pobre. A esmola atribuída de valor mais baixo foi de 120 réis, e a mais alta de 24.000 réis (entregues por duas vezes à comunidade de S. Francisco da Ponte). Foram entregues 88 esmolas de 480 réis, 78 de 800 réis e 71 de 240 réis. Mas o que significam estes valores no universo total dos gastos da Ordem?

Também aqui o recurso a outras fontes documentais⁴ foi determinante para apurar resultados, sobretudo no que diz respeito às despesas anuais feitas pela Ordem.

Pegando nos livros de Receitas e Despesas colheu-se informação sobre os gastos globais da Ordem Terceira de Coimbra com as esmolas. Somaram-se os valores das esmolas atribuídas a irmãos pobres doentes e aquelas destinadas ao pagamento do enterro dos irmãos⁵.

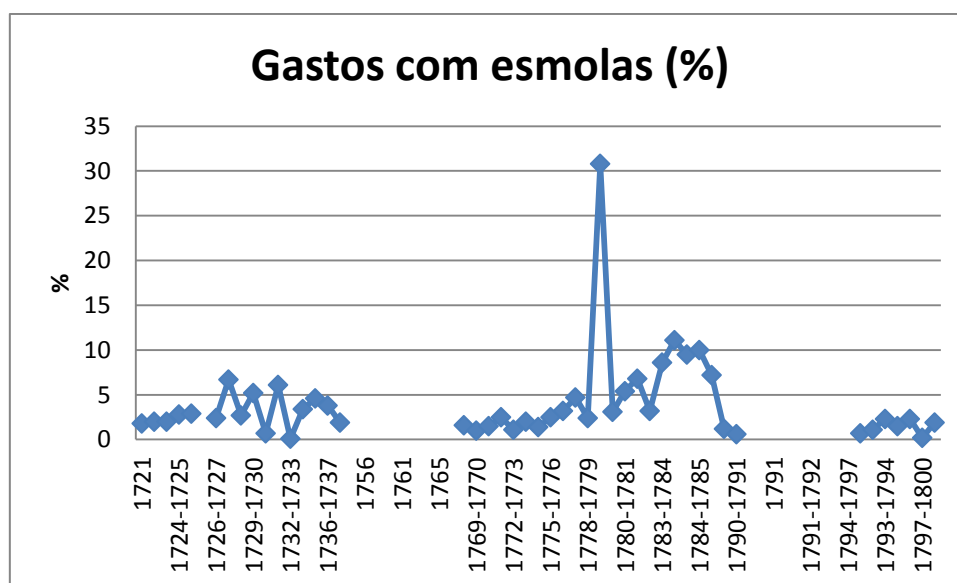


GRÁFICO 6.1

⁴ Principalmente, os livros de Receitas e Despesas que contêm os gastos da Ordem com as esmolas dadas, sobretudo nos anos em que não existem processos de pedidos de esmolas.

⁵ Nos livros de Receita e Despesa aparecem sempre em separado as quantias dadas aos irmãos pobres e aquelas destinadas aos enterros (seja as despesas com hábitos, acompanhamento dos irmãos defuntos, coveiro, esquife...). Excluem-se as esmolas dadas a irmãos passageiros, os dotes e as esmolas dadas aos presos.

Se analisarmos o **GRÁFICO 6.1**⁶, para o século XVIII, verificamos que os valores gastos percentualmente com esmolos situam-se, genericamente, entre os 0,1% (1732-1733) e os 11,1% (1784-1785). É sobretudo na década de 80 de 1700 que se concentram os valores mais elevados. Aliás, no ano de 1779 regista-se o valor mais alto tendo a despesa com esmolos ascendido aos 23%! Conclui-se que os gastos são diminutos com o auxílio aos irmãos necessitados. O mesmo se verifica na Ordem Terceira de Braga que, para o período entre 1740 e 1789, contabiliza apenas 1,89% dos gastos com esmolos (MORAES, 2009: 318).

Relativamente às esmolos dadas aos irmãos pobres doentes, os valores atribuídos são mais elevados que aqueles destinados ao pagamento dos sepultamentos.

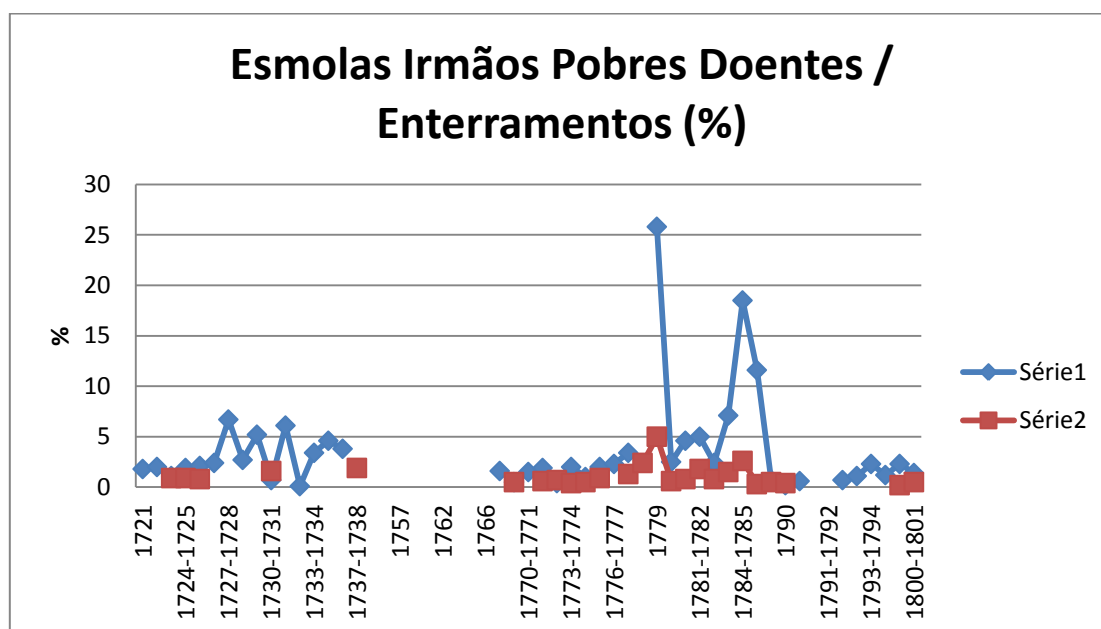


GRÁFICO 6.2

Não sabemos ao certo que valores estavam estipulados para cada caso uma vez que verificamos a atribuição de quantias diferentes para casos semelhantes. Nos Estatutos da Ordem, no capítulo 7º, “*Do Irmão Menistro*”, no Parágrafo 3º ficamos a saber que o Ministro tinha a autoridade de dar esmolos sem ser necessários consultar a Mesa, exceto se o valor a atribuir excedesse os 240 réis⁷: “*Poderá despachar sem dependência da / Meza as Patentes dos Irmaons passageiros, como tam/bem as petições dos Irmaons pobres doentes, que remeterá aos Irmaons Vezitadores, constando-lhe primeiro / legalmente a sua moléstia e pobreza: com tanto po/rem que não exceda a quantia de*

⁶ Excluem-se as esmolos dadas a irmãos passageiros, os dotes e as esmolos dadas aos presos.

⁷ Situação semelhante verifica-se na Confraria de São Vicente de Braga (ARAÚJO, s.d.: p.109).

duzentos e quarenta / reis porque sendo necessário excedela só o poderá fa/zer de acordo com o Definitório”. (ESTATUTOS, 1789: n.n. e ESTATUTOS, 1828: 18v.)

Para além das esmolas dadas aos irmãos pobres doentes e aquelas destinadas aos enterramentos, apuraram-se também os gastos com as esmolas atribuídas aos irmãos passageiros (desde que apresentassem carta patente), esmolas oferecidas aos presos e dois dotes. De facto, a ajuda prestada aos viajantes “não decorria indiscriminadamente, sendo necessária a apresentação da «patente» pelo solicitante antes de receber o auxílio” (MORAES, s.d.: 265). A patente (tal como a “carta de guia” nas Misericórdias⁸) era um garante da assistência em qualquer Ordem Terceira já que funcionava como um elemento de identificação e de pertença, cuja relevância se torna mais premente numa sociedade onde não existe assistência social. Nos Estatutos (1789 e 1828), no capítulo 7º, parágrafo 3º, uma das funções que é atribuída ao Ministro é a possibilidade de “*despachar sem dependencia da Meza / as Patentes dos Irmãos passageiros*”.

Entre 1721 e 1828 foram atribuídas esmolas a 904 irmãos passageiros, sendo que apenas é indicado o número de irmãos passageiros em 31 anos dos 107 em apreço, o que faz uma média de 29 viajantes auxiliados pela Ordem Terceira de Coimbra por ano. Só em 1799-1800 é indicada a nacionalidade de 2 passageiros piemonteses, para os restantes 902 não existe qualquer indicação da sua origem. Para o período entre 1737 e 1767 não há registos de despesas com irmãos passageiros, e entre 1767 e 1785 não há indicação do número de viajantes que terão passado por Coimbra, embora estejam registadas as despesas com esmolas a si entregues.

⁸ Veja-se LOPES, 2000 e ARAÚJO e ESTEVES, s.d.

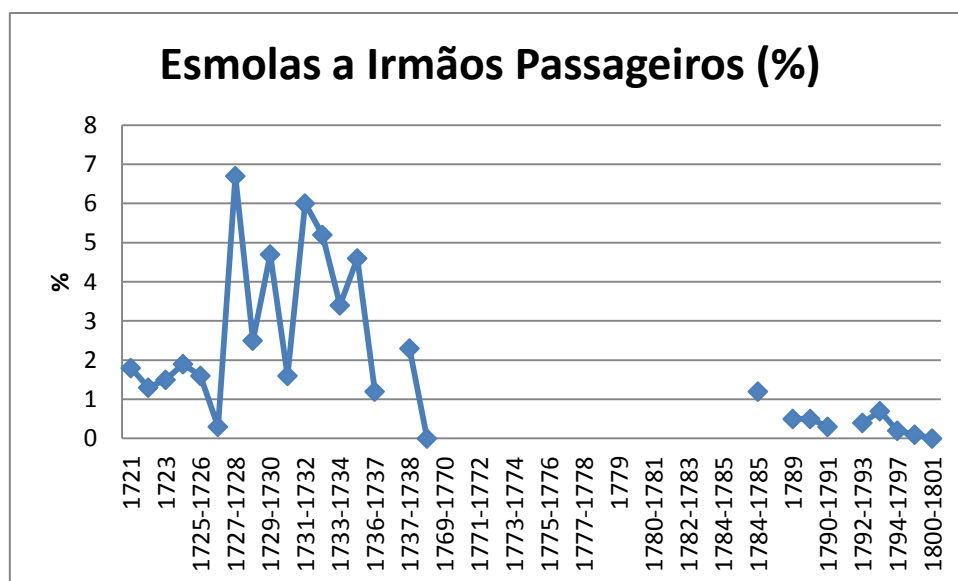


GRÁFICO 6.3

A média das despesas também são manifestamente baixas. Os valores rondam 1,9% de despesas com esmolas dadas aos irmãos passageiros. Se se compararem o que representam estes valores relativamente às outras esmolas, verificam-se que aquelas acompanham a mesma tendência mas são menores que os gastos com as esmolas aos irmãos pobres doentes e aquelas destinadas aos enterramentos dos irmãos pobres (GRÁFICO 6.4).

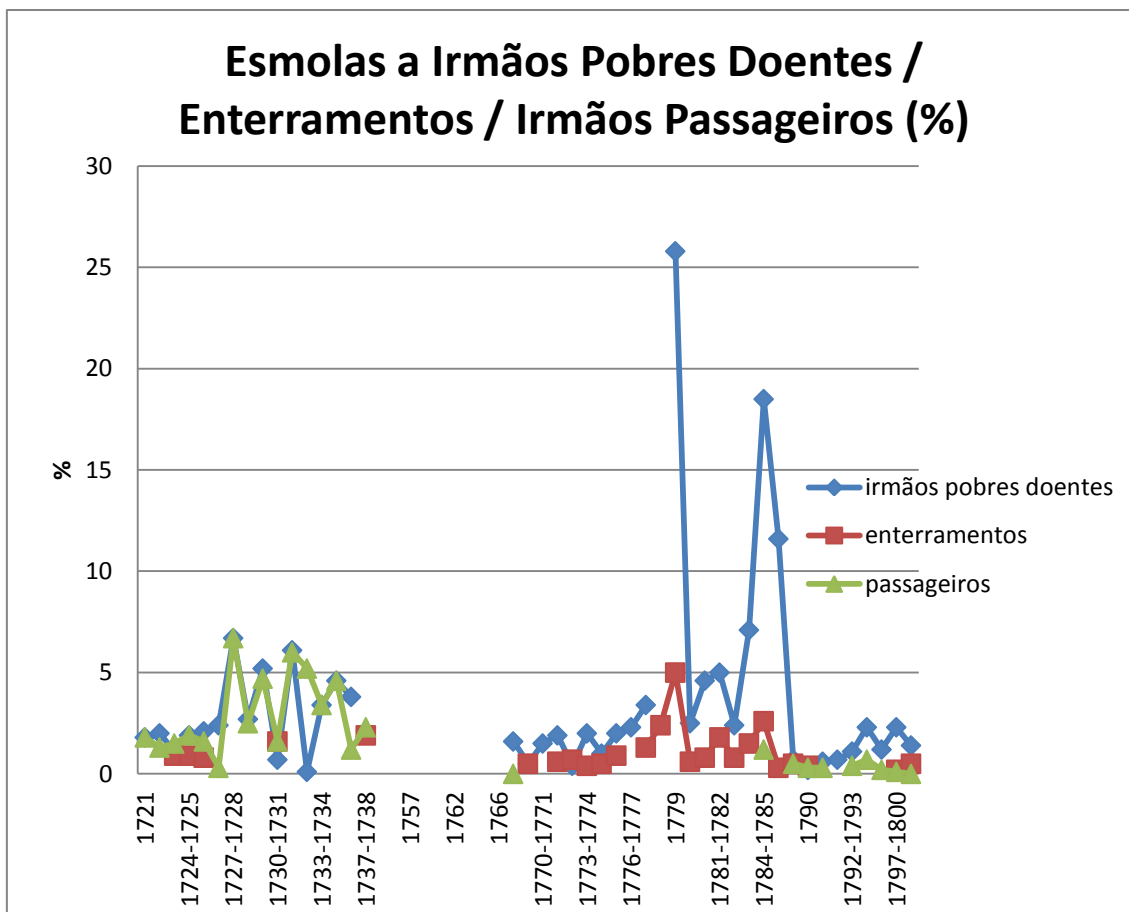


GRÁFICO 6.4

7. Conclusão

O universo dos esmolados “eram homens e mulheres doentes, acamados, deficientes, velhos, sós e incapazes de se sustentarem sozinhos” (ARAÚJO, 2001-2001: 447) é esta a conclusão a que se chegue depois da análise dos processos de pedidos de esmolos dos irmãos terceiros conimbricenses. Homens e mulheres, da cidade de Coimbra, residentes na zona Baixa, dedicados a ofícios ou com título de dona, veem-se impelidos para situações de miséria, indigência e pobreza.

A doença, a incapacidade para trabalhar, a viuvez e a idade avançada levam os irmãos terceiros a esmolar, a pedir ajudas para a realização de funerais, a pedir o perdão das dívidas dos anuais em falta. Também os pobres envergonhados recorrem ao à caridade da Ordem Terceira de Coimbra pedindo roupa para esconder a sua situação.

O auxílio prestado através das esmolos, exclusivamente dedicado aos irmãos terceiros franciscanos, de Coimbra ou estrangeiros, mediante a apresentação da patente, vistas na

época moderna como uma obra de misericórdia e como meio de salvação da alma, não tinham grande representatividade nos gastos da Ordem Terceira.

8. Anexos

ano	nº processos
1721	1
1727	1
1757	9
1758	3
1759	1
1761	1
1762	2
1762	1
1764	4
1765	1
1766	2
1767	20
1768	27
1769	29
1770	31
1771	28
1772	13
1773	28
1774	19
1776	15
1777	17
1779	3
1780	2
1781	2
1783	15
1784	10
1786	15
1787	29
1788	6
1797	11
1798	14
1799	6
1800	2
1810	7
1827	1

TABELA 3.1

Ocupação profissional - Homens	
alfaiate	8

andador da Ordem Terceira	21
bacharel	3
barbeiro	3
cabeleiro	1
cantor	1
clérigo in minoribus	6
contador do rei de Espanha	1
cordoeiro	3
definidor	2
doutor em medicina	1
escrevente	2
escrivão do cível	1
guardião do convento de S. Francisco da Ponte	5
latoeiro	1
livreiro	2
mercador	1
mestre barbeiro	1
mestre cabeleireiro	1
mestre carpinteiro	1
mestre latoeiro	1
mestre sapateiro	1
negociante	1
nobre cavaleiro	1
oficial de alfaiate	1
oficial de sapateiro	3
oleiro e pintor de louça	1
padre	2
pintor	1
pintor de louça	2
relojoeiro	2
sacristão	1
sangrador	3
sapateiro	9
sem indicação	77

TABELA 3.1.1

Ocupação profissional - Mulheres	
criada	1
dona	11
madre regente do recolhimento do Paço do Conde	1
recolhida no Paço do Conde	10

vive de suas mãos	1
sem indicação	208

TABELA 3.1.2

Ocupação profissional do cônjuge	
alfaiate	4
andador	4
arquitecto	1
dourador	1
doutor	1
escrivão	2
guarda da Inquisição	2
latoeiro	1
licenciado	7
livreiro	1
médico	1
mercador de livros	1
mestre alfaiate	1
notário apostólico	1
oficial de alfaiate	1
oficial de carpinteiro	2
oficial de sapateiro	1
ourives	3
pintor	1
proprietário de escrivão das armas da UC	1
sapateiro	9
Ocupação profissional do pai	
andador	3
capitão	3
doutor	2
sapateiro	1

TABELA 3.1.3

Ocupação	Sítio	Freguesia
alfaiate	R. da Trindade	S. Pedro
alfaiate	R. dos Gatos	S. Bartolomeu
alfaiate		S. Bartolomeu
alfaiate		Santiago
alfaiate		S. Bartolomeu
alfaiate		S. Bartolomeu
alfaiate	R. da Esperança	Salvador
alfaiate	R. das Azeiteiras	S. Bartolomeu
alfaiate*	R. dos Gatos	S. Bartolomeu
alfaiate*		Santa Justa
alfaiate*	R. Direita	Santa Justa

alfaiate*		Santa Justa
andador*	Calçadas	Santa Clara
andador-geral da OT*		Santa Cruz
bacharel		S. Bartolomeu
barbeiro		S. Bartolomeu
barbeiro		S. Cristóvão
barbeiro		S. Cristóvão
cabeleiro	R. do Borrvalho	S. Pedro
cantor		Coimbra
capitão**	R. das Figueirinhas	Santa Cruz
clérigo in minoribus	R. das Cozinhas	S. João de Almedina
clérigo in minoribus		Salvador
clérigo in minoribus		Salvador
clérigo in minoribus		Salvador
clérigo in minoribus		Salvador
cordoeiro	Terreiro de Tinge Rodilhas	Santa Cruz
cordoeiro	R. do Corvo	Santa Cruz
cordoeiro	R. de Curuche	Santiago
definidor		S. João de Almedina
definidor		S. João de Almedina
dona	R. Direita	Santa Justa
dona		S. João de Almedina
dona		S. João de Almedina
dona		S. João de Almedina
dona		S. João de Almedina
dona		S. João de Almedina
dona		S. João de Almedina
dona		Salvador
dona		Salvador
doutor*	R. da Moeda	Santa Cruz
escrevente		Santa Cruz
escrevente	R. das Azeiteiras	S. Bartolomeu
guarda do Santo Ofício*		Santa Justa
latoeiro*	R. de Montearroio	Santa Cruz
licenciado*	R. dos Estudos	S. João de Almedina
licenciado*	R. dos Estudos	S. João de Almedina
mestre alfaiate*		S. Pedro
mestre barbeiro		S. Pedro
mestre cabeleireiro		Santa Cruz
mestre latoeiro	R. de Curuche	Santiago
mulher recolhida	R. Velha	Santa Cruz
notário apostólico*		Sé
oficial de alfaiate	R. Direita	Santa Justa

oficial de alfaiate*	R. das Azeiteiras	S. Bartolomeu
oficial de sapateiro		S. Pedro
oficial de sapateiro		Sé
oficial de sapateiro*	R. das Solas	Santiago
oleiro e pintor de louça		Santiago
ourives*	R. das Padeiras	Santa Cruz
padre		S. Bartolomeu
pai capitão	R. das Figueirinhas	Santa Cruz
pintor	R. da Calçada	S. Bartolomeu
pintor de louça		Santa Cruz
pintor de louça	R. da Gala	Santa Cruz
relojoeiro		Santiago
relojoeiro	Arco de Almedina	Santiago
sangrador		S. Bartolomeu
sangrador		S. Bartolomeu
sapateiro	R. das Solas	Santiago
sapateiro		S. Pedro
sapateiro		S. Bartolomeu
sapateiro	R. Velha	Santa Cruz
sapateiro	R. do Almoxarife	Santiago
sapateiro		Sé
sapateiro		S. Bartolomeu
sapateiro	Couraça dos Apóstolos	Salvador
sapateiro*		Santa Justa
sapateiro*		S. Bartolomeu
sapateiro*	R. das Padeiras	Santa Cruz
sapateiro*		Santa Cruz
sapateiro*	R. das Padeiras	Santa Cruz
sapateiro*	R. das Padeiras	Santa Cruz
sapateiro*	R. das Padeiras	Santa Cruz
sapateiro*	R. das Padeiras	Santa Cruz
sapateiro*	R. da Fornalinha	Santa Cruz
sapateiro**	R. dos Sapateiros	Santiago
"vive de suas mãos" (marido proprietário de escrivão das armas da UC)	R. Corpo de Deus	Santiago

* - ocupação profissional do cônjuge | ** - ocupação profissional do pai

TABELA 3.1.4

Freguesia	Rua/Sítio	Casos
S. Bartolomeu	Beco do Romal	1

S. Bartolomeu	R. da Calçada	5
S. Bartolomeu	Saboaria	1
S. Bartolomeu	Romal	4
S. Bartolomeu	R. das Azeiteiras	10
S. Bartolomeu	R. das Esteireiras	1
S. Bartolomeu	R. do Sargento Mor	1
S. Bartolomeu	R. dos Gatos	3
S. Bartolomeu	Sota	1
S. Bartolomeu	Terreiro da Sota	1
S. João de Almedina	R. das Cozinhas	1
S. João de Almedina	R. do Cotovelo	2
S. João de Almedina	R. dos Estudos	4
S. João de Almedina	R. dos Lóios	2
S. João de Almedina	Terreiro da Feira	1
S. Pedro	Beco dos Militares	1
S. Pedro	R. da Trindade	2
S. Pedro	R. das Parreiras	1
S. Pedro	R. do Borracho	1
S. Pedro	R. do Norte	1
S. Pedro	R. dos Militares	1
Salvador	Couraça dos Apóstolos	3
Salvador	R. da Esperança	1
Salvador	R. da Matemática	1
Santa Clara	Calçadas	2
Santa Justa	R. Direita	6
Santa Justa	R. da Sofia	2
Santa Justa	R. do Carmo	1
Santa Justa	R. Nova	6
Santiago	Arco de Almedina	1
Santiago	R. Corpo de Deus	12
Santiago	R. Velha	2
Santiago	Beco de Santa Maria	4
Santiago	Praça	1
Santiago	R. da Calçada	1
Santiago	R. das Solas	5
Santiago	R. de Curuche	4
Santiago	R. do Almoxarife	3
Santa Cruz	R. de Montearroio	2
Santa Cruz	R. da Fornalinha	2
Santa Cruz	R. da Gala	3
Santa Cruz	R. da Moeda	4
Santa Cruz	R. das Figueirinhas	5
Santa Cruz	R. das Olarias	2
Santa Cruz	R. das Padeiras	8
Santa Cruz	R. de Tinge Rodilhas	7
Santa Cruz	R. do Corvo	1

Santa Cruz	R. dos Sapateiros	5
Santa Cruz	R. Velha	4
Santa Cruz	Sítio da Mainça	1
Santa Cruz	Terreiro de Tinge Rodilhas	1
Sé	Bairro da Alegria	1
Sé	R. da Alegria	1
Sé	R. de Quebra Costas	3
Sé	R. de S. Cristóvão	2
Sé	R. do Norte	1

TABELA 3.2.1

9. Fontes manuscritas

Portugal, Coimbra, Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra, *Estatutos* (1789 e 1828).

Portugal, Coimbra, Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra, *Pedidos de esmolas* (1721-1827).

Portugal, Coimbra, Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra, *Processos de inquirição e pedidos de entrada de irmãos*.

Portugal, Coimbra, Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra, *Receitas e Despesas* (1719-1829).

10. Bibliografia

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de Araújo (2000) – *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2001/2002) – “A ajuda aos pobres nas Confrarias de Nossa Senhora da Guia e do Espírito Santo de Ponte de Lima (séculos XVII a XIX)” in *Revista Cultural Braccara Augusta* [PDF] Vol. L, pp. 441-468. [Consultado no dia 19 Jun.2012]. Disponível na internet: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8774>

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2002) – “Aos pés de Vossa Alteza Sereníssima: as pobres do arcebispo bracarense D. José de Bragança” in *Cadernos do Noroeste* [PDF] Vol. 17 (1-2), pp. 101-123 [Consultado no dia 19 de Jun. 2012]. Disponível na internet:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8845/1/Aos%20p%C3%A9s%20de%20Vossa%20Alteza%20Seren%C3%ADssima%20as%20pobres%20do%20arcebispo%20bracarense%20D%20Jos%C3%A9%20de%20Bragan%C3%A7a.pdf>

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2004a) – “As “Esmolas” e os Pobres da Misericórdia de Viana da Foz do Lima na Primeira Metade do século XVI” in *Arquipélago – História* [PDF], 2ª série, VIII, pp. 237-260 [Consultado no dia 19 de Jun. de 2012] Disponível na internet: http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/403/1/Maria_Araujo_p237-260.pdf

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2004b) – “Nas franjas da sociedade: os esmolados das Misericórdias de Alto Minho (séculos XVII e XVIII)”. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20-24 Setembro de 2004. [PDF] pp. 1 -18 [Consultado no dia 19 Jun. 2012] Disponível em linha: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_61.pdf

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2004c) – “Vila Viçosa, as “esmolos” e os “pobres” do duque D. João II (1636-1646)” in *Revista de Demografia Histórica*, [PDF] Saragoça, XXII-II, pp. 183-205 [Consultado no dia 19 Jun. 2012] Disponível na internet: http://www.hist.ics.uminho.pt/membros/martalobo/martalobo_pobresduque.pdf

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (s.d.) – “Assuntos de Pobres: as Esmolas dos Confrades de São Vicente de Braga (1783-1839)” in *Marginalidade, Pobreza e Respostas Sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)* [PDF] pp. 109-126 [Consultado no dia 19 Jun. 2012] Disponível na internet: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/17434/1/AssuntosPobres_pp109-126.pdf

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra Patrícia Lopes (s.d.) – “Passaportes de caridade: As cartas de guia das misericórdias portuguesas (séculos XVII-XIX)” in *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia* [PDF], pp. 45-57 [Consultado no dia 19 de Jun. 2012] Disponível na internet: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628c667c833d_1.pdf

BARRICO, Joaquim Simões (1895) – *Noticia historica da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia de S. Francisco*. Coimbra: Typ. Reis Leitão.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond (1998) – *Entre a Cristandade e o Islão (séculos XV-XVII). Cativos e Renegados nas Franjas de duas Sociedades em Confronto*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond (2005) – *Cultura, Religião e Quotidiano. Portugal (século XVIII)*. Lisboa: Hugin Editores, Lda.

GEREMEK, Bronislaw (1995) – *A Piedade e a Força. História da Miséria e da Caridade na Europa*. Lisboa: Terramar.

LOPES, Maria Antónia (1993) – “Os pobres e a assistência pública” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal. O Liberalismo*. Vol. V. Editorial Estampa.

LOPES, Maria Antónia (2000) – *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850)*. 2 vols. Viseu: Palimage Editores.

LOPES, Maria Antónia (2003) – “Imagens de pobreza envergonhada em Coimbra nos séculos XVII e XVIII: análise de dois róis da Misericórdia” in SANTOS, Maria José Azevedo (coord.), *Homenagem da Misericórdia de Coimbra a Armando Carneiro da Silva (1912-1992)*. Coimbra: Palimage/Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, pp.91-123.

MORAES, Juliana de Mello (s.d.) – “Peregrinos e Viajantes no Norte de Portugal. As esmolas distribuídas pela Ordem Terceira Franciscana de Braga aos Irmãos «Passageiros»” in *Cultura, Espaço e Memória*. [PDF] N.º1 pp. 263- 272. [Consultado no dia 19 Jun. 2012]. Disponível na internet: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55977/2/julianamoraesperegrinos000127884.pdf>

MORAES, Juliana de Mello (2009) - “*Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e S. Paulo (1672-1822)*”. [PDF] (Tese e Doutoramento). [Consultado no dia 19 de Jun. 2012] Disponível na internet: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10870?mode=full>

SÁ, Isabel dos Guimarães (2001) – “Pobreza” in AZEVEDO, Carlos Moreira, (dir.) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 454-456.

